

REFLEXÕES SOBRE MIGRAÇÕES CLIMÁTICAS

1 INTRODUÇÃO

A relação entre o ser humano e o meio ambiente tem moldado, desde os primórdios da humanidade, os padrões de ocupação e deslocamento no espaço geográfico. Nesse sentido, com o surgimento da espécie humana e o desenvolvimento de técnicas que possibilitaram interferir e adaptar-se ao meio natural, estabeleceram-se as condições necessárias para migrações rumo a diferentes regiões do planeta (CAMPOS; RODRIGUES, 2017). Assim, os fluxos migratórios ainda continuam ocorrendo sob múltiplas motivações, sejam sociais, políticas, econômicas ou ambientais, impulsionados pela busca por melhores condições de vida ou pela necessidade de evitar situações extremas, como guerras e desastres naturais (BILAR et al., 2015).

Entre as diversas situações que motivam o deslocamento forçado, os fatores ambientais têm ganhado destaque crescente nas últimas décadas (MOREIRA; RAMOS, 2016). O agravamento das mudanças climáticas vem provocando eventos extremos, como secas prolongadas, inundações, elevação do nível do mar e desertificação, que comprometem a habitabilidade de muitas regiões, forçando populações a abandonar seus territórios de origem. Apesar da relevância e da urgência do tema, ainda há grande controvérsia em torno da terminologia utilizada para descrever esses deslocamentos (SOUZA, 2024). Ramos (2011) destaca que, não existe uma definição oficial para o termo “refugiado ambiental”, nem consenso sobre a expressão mais adequada para representar esse fenômeno. A ausência de um conceito popularizado se reflete em desafios teóricos e práticos sobre o tema.

Em termos práticos, há uma tentativa de reconhecimento jurídico dos chamados migrantes climáticos, que ainda permanecem à margem da proteção legal prevista para refugiados tradicionais (SILVA, 2024). Em termos teóricos, como já destacado, a literatura carece de um conceito amplamente difundido e consensual sobre os migrantes climáticos (SOUZA, 2024). Tais limitações contrastam com o crescente deslocamento relacionado ao clima, evidenciado pelos quase 32 milhões de deslocamentos causados por riscos climáticos em 2022 (ACNUR, 2024), o que demonstra a magnitude e a urgência do fenômeno das migrações climáticas. Essa lacuna fornece indícios para maiores contribuições sobre a literatura em questão. Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo realizar uma análise geral sobre as migrações climáticas. Para tanto, busca-se compreender a complexidade e as implicações desse fenômeno em expansão a partir de uma perspectiva global.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 MUDANÇAS CLIMÁTICAS

As mudanças climáticas referem-se a alterações de longo prazo nos padrões climáticos da Terra e configuram-se como um dos principais desafios globais emergentes (VIEIRA; ANDREAZZA; LARA, 2025). Essas alterações nos padrões climáticos são resultado, sobretudo, do aumento das emissões de gases de efeito estufa provenientes de atividades humanas, além de processos naturais que também influenciam o clima (FAWZY et al., 2020).

Desde a Revolução Industrial houve um aumento significativo na concentração de gases de efeito estufa na atmosfera (SALVIANO; GROppo; PELLEGRINO, 2016). O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2025) descreve os gases de efeito estufa como substâncias gasosas presentes na atmosfera, que têm capacidade de absorver e reemitir radiação em determinados comprimentos de onda de energia emitida pela Terra, pela atmosfera e pelas nuvens. Entre os principais gases, Leite, Debone e Miraglia (2020) destacam o dióxido de carbono (CO₂), o metano (CH₄) e o óxido nitroso (N₂O), sendo o CO₂ o mais expressivo,

representando 81% das emissões e podendo permanecer presente na atmosfera por centenas de anos.

Entre as principais ações antrópicas, responsáveis pela emissão desses gases de efeito estufa, destacam-se a queima de combustíveis fósseis, o desmatamento e diversas atividades industriais (RAWAT; KUMAR; KHATI, 2024). Esses processos vêm intensificando o efeito estufa e conseqüentemente causando o aquecimento global (SALVIANO; GROppo; PELLEGRINO, 2016). Como resultado, observa-se o aumento da temperatura média do planeta, da elevação dos níveis dos oceanos, e da intensificação, tanto em frequência quanto em severidade, de eventos climáticos extremos, como enchentes, secas e tempestades, além de mudanças nos regimes de chuvas e nas correntes marítimas (RAWAT; KUMAR; KHATI, 2024).

Com isso, as mudanças climáticas são um desafio ambiental, social, econômico e geopolítico, que trazem impactos e que acabam atingindo de forma mais severa populações vulneráveis. A intensificação de eventos extremos, como secas ou inundações, vem comprometendo territórios, modo de vida e infraestrutura básica, resultando no deslocamento das pessoas, fenômeno denominado como migrações climáticas.

2.2 MIGRAÇÕES CLIMÁTICAS

Os deslocamentos de pessoas motivados por questões ambientais têm se tornado frequentes, em decorrência da intensificação da destruição ambiental em escala global, resultante de causas naturais e de intervenções antrópicas (ALCANTARA, 2025). Esses deslocamentos podem ocorrer em resposta a eventos extremos, como a elevação do nível do mar, as secas, a desertificação e o aumento de fenômenos climáticos severos, os quais têm contribuído para o deslocamento de populações dentro dos países e também para além de suas fronteiras, especialmente em direção a grandes centros urbanos (SERRAGLIO; FERREIRA; ROBINSON, 2020).

Os deslocados ambientais são considerados “migrantes forçados”, uma vez que estes são obrigados a sair do local onde vivem em razão dos desastres ambientais ou catástrofes naturais. Por sua vez, o termo refugiado, em sentido estrito, aplica-se a pessoas que deixam seu país de origem e atravessam fronteiras internacionais em busca de proteção por parte do Estado (MATHEUS, 2024).

A literatura jurídica focada no campo do direito dos refugiados costuma rejeitar a expressão “refugiados ambientais”, principalmente devido à falta de precisão desse termo em relação às normas internacionais já consolidadas sobre o refúgio. A principal justificativa é que a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, define de forma restrita quem pode ser considerado refugiado, não incluindo aqueles que foram forçados a se deslocar por razões ambientais. Por essa razão, defende-se a substituição desse termo por outras designações, como “migrantes ambientais” ou “deslocados ambientais” (CLARO, 2013).

Diante desse cenário, é necessário adotar medidas planejadas, como a redução da emissão de gases de efeito estufa, o combate ao desmatamento acelerado e a proteção dos recursos hídricos, uma vez que tais ações são viáveis e podem contribuir significativamente para conter o avanço dos impactos decorrentes do aquecimento global (SANTOS et al., 2013). Essas ações são essenciais para mitigar os efeitos das mudanças climáticas, com o objetivo de reduzir os impactos socioambientais que afetam diretamente os migrantes climáticos.

3 METODOLOGIA

O presente estudo fundamenta-se em revisão bibliográfica, entendida como etapa essencial para sistematizar o conhecimento, identificar lacunas e favorecer o avanço científico

(CAMPOS; CRUVINEL; OLIVEIRA; SANTOS, 2021). A busca inicial foi realizada na plataforma Periódicos CAPES, utilizando os descritores “migrantes climáticos” e “*climate migrants*”, aplicados com filtros de título e tipo de material “artigo”. Complementarmente, recorreu-se ao Google Acadêmico (*Google Scholar*), utilizando os mesmos termos de busca, a fim de contemplar produções da chamada “literatura cinzenta”, definida por Gomes, Mendonça e Souza (2000) como documentos não convencionais, de circulação limitada, mas capazes de fornecer informações relevantes à análise científica. Não foi estabelecido um limite temporal.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

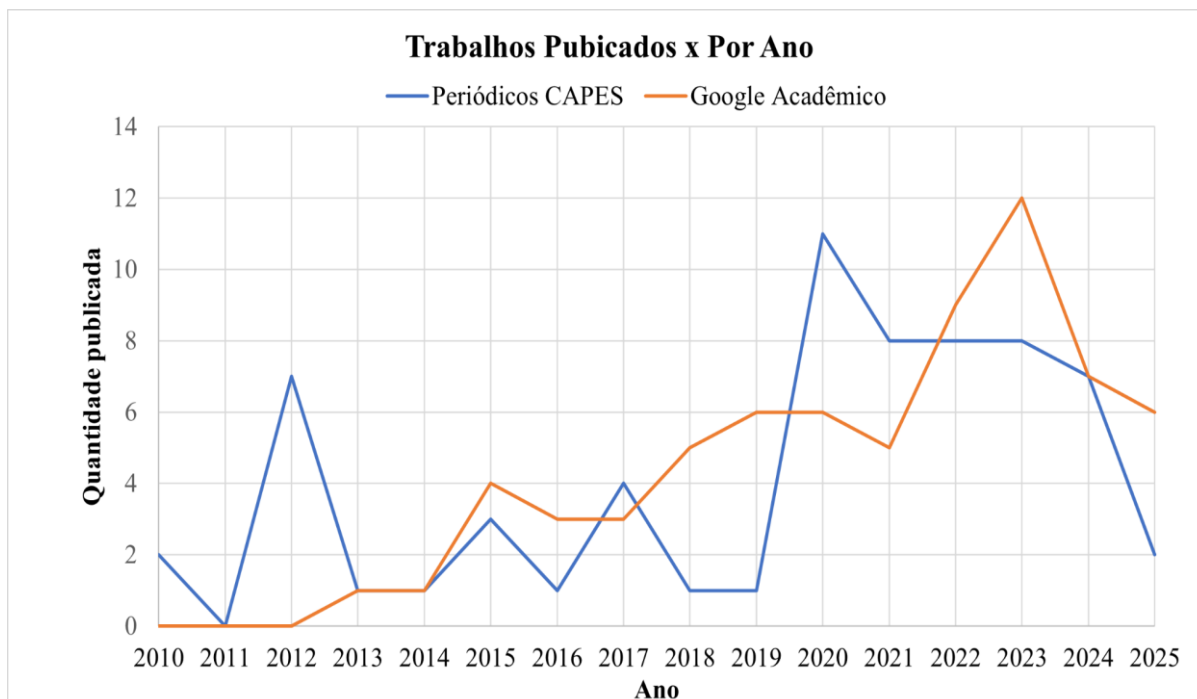
Os resultados preliminares da revisão bibliográfica realizada evidenciaram que a produção científica sobre migrações climáticas tem crescido de forma significativa nas últimas décadas, acompanhando o agravamento das mudanças climáticas e a intensificação dos debates sobre seus impactos sociais. Os estudos analisados demonstram que os deslocamentos associados ao clima são uma realidade em expansão, ainda que tratados de forma desigual pelas diferentes áreas do conhecimento.

Nesse sentido, o tema das migrações climáticas vem ganhando crescente atenção acadêmica nos últimos anos, com publicações distribuídas em diferentes contextos nacionais e internacionais. Observa-se a predominância de estudos de caráter teórico, voltados para a conceituação do migrante climático, com debates sobre direitos humanos e os desafios da governança global. Ainda assim, emergem pesquisas de natureza empírica, sobretudo na América Latina, que exploram casos relacionados a comunidades rurais e populações vulneráveis afetadas por eventos externos, como o de Wiegel (2023).

Outro aspecto relevante é a diversidade de periódicos que têm acolhido tais produções, desde revistas de direito e ciências sociais até veículos interdisciplinares voltados às questões ambientais. Essa dispersão evidencia a natureza multifacetada do tema, que não se limita a um único campo do conhecimento, mas exige abordagens integradas que considerem dimensões jurídicas, sociais, econômicas e ambientais. Além disso, a variedade de periódicos sinaliza o interesse crescente de diferentes comunidades acadêmicas em compreender os impactos e desdobramentos do fenômeno, estimulando diálogos mais abrangentes e contextualizados. Esse caráter interconectado reforça a necessidade de análises que contemplem múltiplas perspectivas e metodologias para compreender os desafios complexos associados ao tema.

De acordo com os dados da pesquisa, a produção científica sobre migrações climáticas teve início a partir de 2010, com o trabalho de Luc Legoux (2010), concentrando-se inicialmente em estudos conceituais que buscavam definir e delimitar o tema. Ao longo do período analisado até 2025, ocorreu um crescimento no número de publicações e na diversidade de enfoques. Esse aumento reflete a intensificação das mudanças climáticas e também no reconhecimento crescente da relevância do fenômeno para múltiplas áreas do conhecimento. A evolução temporal sugere uma consolidação gradual do campo de pesquisa, com incremento da produção científica e maior complexidade nas abordagens adotadas, evidenciando que o tema tem se consolidado como uma questão relevante no cenário.

Figura 1 - Trabalhos publicados por ano



Fonte: autores.

A figura 1 evidencia a evolução das publicações sobre migrantes climáticos nas bases Periódicos CAPES e Google Acadêmico entre 2010 e 2025. Nota-se que, embora o número de trabalhos tenha se mantido reduzido até meados de 2019, ocorreu um crescimento mais expressivo no ano de 2020, atingindo o pico de publicações na CAPES neste ano. No caso do Google Acadêmico o ponto mais elevado ocorre em 2023, com maior volume de produções. Apesar das oscilações, ambas as bases confirmam a tendência de expansão do tema. A aparente redução em 2024 e 2025 deve ser relativizada, pois pode decorrer de atrasos nas publicações e o fato de que o ano de 2025 ainda está em andamento, o que justifica o número limitado de registros.

A inclusão da “literatura cinzenta” na revisão revelou que grande parte do conhecimento sobre migrações climáticas não se encontra apenas em periódicos acadêmicos. Mas também aparecem presentes em relatórios, documentos institucionais, notas técnicas, dissertações e teses, contribuindo para ampliar a compreensão do fenômeno, evidenciando informações pouco abordadas na produção científica formal. Esse resultado indica que a investigação sobre migrações climáticas se beneficia de múltiplas fontes, e que a consolidação do tema depende da integração entre evidências acadêmicas e dados provenientes de contextos institucionais e governamentais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo apresentar uma análise abrangente sobre as migrações climáticas, destacando a complexidade do fenômeno e sua relevância no contexto socioambiental contemporâneo. Os resultados evidenciam que os deslocamentos motivados por fatores climáticos envolvem múltiplas dimensões e demandam articulação entre diferentes áreas do conhecimento e fontes de informação.

A pesquisa indica que os deslocamentos representam desafios significativos para populações vulneráveis, exigindo respostas coordenadas de governos, instituições e sociedade civil. A diversidade de abordagens identificada na literatura reforça a necessidade de estratégias

que considerem impactos imediatos e efeitos de longo prazo das mudanças climáticas sobre os fluxos populacionais. Assim, o estudo contribui para o entendimento das migrações climáticas, oferecendo subsídios para políticas públicas, ações de mitigação e estratégias de adaptação.

Como limitações, o estudo se restringiu à uma análise bibliográfica, o que implica dependência das informações disponíveis nas bases consultadas. Dessa forma, futuras pesquisas poderão ampliar a análise, fortalecendo a base de conhecimento necessária para enfrentar os desafios relacionados às migrações climáticas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Mitos e fatos sobre mudanças climáticas e deslocamento humano**. ACNUR Brasil, 10 maio 2024. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/noticias/notas-informativas/mitos-e-fatos-sobre-mudancas-climaticas-e-deslocamento-humano>.

ACNUR BRASIL. **Mudanças climáticas e deslocamento**. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/o-que-fazemos/temas-especificos/mudancas-climaticas-e-deslocamento>.

ALCANTARA, Isabela Souza. Refugiados ambientais: uma análise sobre migrações, direitos humanos e governança global. **Revista Videre**, v. 16, n. 34, p. 213-226, 2024.

BILAR, Alexsandro Bezerra Correia; CARVALHO, Renata Coppieters Oliveira de; GALVINCIO, Josiclêda Domiciano; SOUZA, Werônica Meira de. Mudanças Climáticas e Migrações: Reflexões Acerca dos Deslocamentos de Nordestinos e Haitianos no Território Brasileiro. **Revista Brasileira de Geografia Física**, [S. l.], v. 8, n. 6, p. 1673–1691, 2016.

CAMPOS, Livia Rezende Miranda et al. A revisão bibliográfica e a pesquisa bibliográfica numa abordagem qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 22, n. 57, 2023.

CAMPOS, Luciene Lemos de; RODRIGUES, Luciano. Migrantes e migrações: entre a história e a literatura. **Albuquerque (Online)**, v. 3, n. 5, 2011.

CLARO, Carolina de Abreu Batista. O aporte jurídico do direito dos refugiados e a proteção internacional dos "refugiados ambientais". **Revista de Direito Cosmopolita**, v. 1, n. 1, p. 95-95, 2013.

DOS SANTOS, José Ozildo et al. Os impactos produzidos pelas mudanças climáticas. **Agropecuária científica no semiárido**, v. 9, n. 1, p. 09-16, 2013.

FAWZY, Samer et al. Strategies for mitigation of climate change: a review. **Environmental Chemistry Letters**, v. 18, n. 6, p. 2069-2094, 2020.

GOMES, S. L. R.; MENDONÇA, M. A. R.; SOUZA, C. M, **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**: Literatura cinzenta, Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 92-98, 2000.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). **Frequently Asked Questions**. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/help/frequently-asked-questions/>.

LEGOUX, Luc. Climate Migrants and Asylum for Refugees in France and in Europe. **Revue Tiers Monde**, v. 204, n. 4, p. 55-67, 2010.

LEITE, Vinicius Pazini; DEBONE, Daniela; MIRAGLIA, Simone Georges El Khouri. Emissões de gases de efeito estufa no estado de São Paulo: análise do setor de transportes e impactos na saúde. **VITTALLE-Revista de Ciências da Saúde**, v. 32, n. 3, p. 143-153, 2020.

MATHEUS, Ana Carolina Couto. Os efeitos das mudanças climáticas nos fluxos migratórios: Refugiados ambientais e o reconhecimento de seu status jurídico como garantia à dignidade da pessoa humana. **Virtuajus**, v. 9, n. 16, p. 89-105, 2024.

MOREIRA, Ana Isabel; RAMOS, Maria da Conceição. Alterações climáticas e suas consequências: deslocamentos populacionais forçados. In: **The Overarching Issues of the European Space: Rethinking Socioeconomic and Environmental Problems**. Porto: FLUP, 2016. p. 203-219.

RAMOS, Érika Pires. Refugiados ambientais: em busca de reconhecimento pelo direito internacional. 2011. 150 f. **Tese** (Doutorado em Direito Internacional) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RAWAT, Amit; KUMAR, Dilip; KHATI, Bhishm Singh. A review on climate change impacts, models, and its consequences on different sectors: a systematic approach. **Journal of Water and Climate Change**, v. 15, n. 1, p. 104-126, 2024.

SALVIANO, Marcos Figueiredo; GROppo, Juliano Daniel; PELLEGRINO, Giampaolo Queiroz. Análise de tendências em dados de precipitação e temperatura no Brasil. **Revista Brasileira de Meteorologia**, v. 31, n. 1, p. 64-73, 2016.

SERRAGLIO, Diogo Andreola; FERREIRA, Helene Sivini; ROBINSON, Nicholas. Migrações climáticas e cidades resilientes: uma nova agenda urbana para o desenvolvimento sustentável. **Revista de Direito da Cidade**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 304–346, 2020.

SILVA, Thiago dos Santos da. Deslocamentos humanos por desastres ambientais e o Instituto do Refúgio Internacional: o caso das Ilhas Carteret e a necessidade de reconhecimento dos refugiados climáticos. **Ratio Juris (UNAULA)**, v. 19, n. 38, p. 547-582, 2024.

SOUZA, Larissa Lima Bezerra de. O gigante vulnerável: um estudo panorâmico dos migrantes climáticos indianos entre 2014 e 2021. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 33, n. 2, p. 46-61, jul./dez. 2023.

VIEIRA, Bianca; ANDREAZZA, Ricardo de Carly Luz; DE LARA, Daniela Mueller. Mudanças climáticas e governança: um panorama das iniciativas e estratégias. **Revista Eletrônica Leopoldianum**, v. 51, n. 143, p. 13-13, 2025.

WIEGEL, Hanne. Complicating the tale of ‘first climate migrants’: Resource-dependent livelihoods, drought and labour mobilities in semi-arid Chile. **Geoforum**, v. 138, p. 103663, 2023.